

**ATA**

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1 – Vereador André Coelho Lima** – Deu nota de satisfação pelo desbloqueio da situação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Alto Ave, regozijando-se com a nomeação do Dr. Delfim Rodrigues, que disse considerar uma pessoa com um curriculum assinalável na área da saúde, no nosso país, bem como com a nomeação do Dr. Fernando Alberto para o Conselho Consultivo. Considerou, ainda, que por se tratar de um quadro do próprio Hospital, a nomeação do Dr. Delfim Rodrigues foi um ganho por não representar despesa acrescida. Terminou, dizendo que depositava toda a confiança na nova administração do Centro Hospitalar do Alto Ave e que aguardava por resoluções de natureza substantiva que possam elevar a qualidade do serviço prestado por esta unidade hospitalar. **2 – Vereador José**

**Torcato Ribeiro** – Referiu, igualmente, a sua satisfação relativamente à nomeação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Alto Ave, acrescentando, contudo, que era lamentável que só agora se tivesse resolvido o problema. Congratulou-se pela nomeação do Dr. Delfim Rodrigues, que disse considerar uma pessoa com experiência, deixando, igualmente, uma palavra de apreço aos profissionais daquela unidade por terem desempenhado as suas funções de forma exemplar durante um considerável período de tempo em que não houve diretor clínico. Por último, disse defender que os Mandatos dos Conselhos de Administração, que são de natureza política, deveriam ser coincidentes com os Mandatos do governo que os nomeia. **3 – Vereadora Luísa Oliveira** – Manifestou preocupação com o desemprego e os desequilíbrios sociais que se sentem no nosso concelho, referindo um conjunto de fatores de risco, apelando, por isso, a todas as forças políticas presentes para que façam um esforço de, em conjunto, atuar no sentido de fazer diminuir os reflexos da crise. **4 – Vereador César Machado** – Disse que a partir do dia de amanhã a Polícia Municipal fica instalada no antigo edifício da GNR, fazendo-se o atendimento ao público pela entrada localizada na Travessa da Senhora Aninhas. **5 – Vereador Amadeu Portilha** – Informou que, decorrente da celebração do protocolo entre a entidade gestora pela recolha seletiva em Guimarães - RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos SA., e a Biosys, Serviços de Ambiente, Lda., para a gestão dos Óleos Alimentares Usados (OAU) nos municípios do sistema concessionado à Resinorte, foram colocados, nos passados dias 19 e 20 de março, em Guimarães, 14 oleões, estimando-se a colocação de 60 pontos de recolha (oleões) até 2015. Chamou a atenção para a importância de ser feita uma correta utilização dos



oleões, referindo que os Óleos Alimentares Usados devem ser colocados dentro de um vasilhame de plástico (vulgar garrafa plástica) bem fechado e nunca vertidos diretamente para o oleão, esclarecendo que o vasilhame plástico que serviu para o acondicionamento do óleo será depois encaminhado para reciclagem para a RESINORTE. **6 – Vereador Domingos Bragança** – Disse querer registar aqui uma palavra de reconhecimento ao Dr. António Barbosa, administrador que cessou funções no Centro Hospitalar do Alto Ave, e desejar felicidades ao novo Conselho de Administração. **7 – Presidente da Câmara – a)** - Sobre a nomeação do Centro Hospitalar do Alto Ave, disse que a Câmara Municipal sempre havia estado de acordo com as diversas nomeações para aquela unidade hospitalar, com quem a Câmara Municipal sempre teve as melhores relações. Deu conhecimento que havia recebido o Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte e o Dr. Delfim Rodrigues, que felicitou, congratulando-se, igualmente, com a recondução do Dr. Fernando Alberto. Desejou ao Dr. Delfim Rodrigues o maior êxito e sucesso com a certeza de que terá da Câmara um parceiro assumido com toda a colaboração possível dentro das suas competências. Por último, disse concordar com o Vereador Torcato Ribeiro no que respeita à duração dos Mandatos, cuja nomeação deve ser de confiança política. **b)** - Sobre a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira, informou que a Câmara Municipal está atenta, referindo que Guimarães não era dos concelhos mais problemáticos do País. Disse, ainda, que, em determinados períodos da vida coletiva, designadamente aquando da realização dos eventos da Capital Europeia da Cultura, aparecem pessoas que não residem em Guimarães a aproveitar-se da situação, vindo fazer peditórios de rua. Por último, disse que o apoio do cabaz

mensal não tem chegado para atenuar as dificuldades de muitas famílias, estando a Câmara Municipal a conceder apoios de acordo com o Regulamento em vigor, designadamente assumindo o pagamento de algumas faturas de luz, água e gás. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Disse que na próxima reunião de Câmara informará sobre a reorientação do QREN. **2** - Deu conhecimento de um documento sobre um hipotético aumento do custo da energia elétrica, que disse pretender submeter a parecer de um Técnico da especialidade, para posteriormente dar conhecimento à Câmara. **3** – Disse que os cidadãos de Guimarães vão ser confrontados com a arte performativa na área da arquitetura, cuja exposição vai ocupar vários espaços da cidade (algumas Fontes, Paço dos Duques de Bragança, Veiga de Creixomil e Praças da Cidade); **4** – Deu conhecimento de um acréscimo de utilização do Teleférico da Penha. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** – Do ofício da VITRUS Ambiente EM, SA, remetendo, em cumprimento do disposto nos seus Estatutos e no Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, o Relatório e Contas de 2011, aprovado em sessão da Assembleia Geral realizada a 12 do corrente mês de março, acompanhado da respetiva Certificação Legal das Contas e Parecer do Fiscal Único, que se encontra disponível para consulta dos Senhores Vereadores na Secretaria de Expediente Geral; **2** – Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económica e financeira relativa ao 2.º semestre de 2011 da CASFIG –



Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das habitações Sociais de Guimarães, EM, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas; **3** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 23 de março de 2012, que aprovou a lista de erros e omissões da empreitada designada por “Conclusão dos Trabalhos de Reconversão da EB1 do Pinheiral – Caldelas, para Centro Escolar”, de acordo com lista, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas; **4** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 20 de março de 2012, que aprovou a informação relativa ao início de procedimento para execução da obra “Regulação de Fluxo Luminoso – Instalações Elétricas”, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2012. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Verificaram os vereadores do PSD não constar da ata da última reunião de Câmara Municipal a declaração de voto que juntaram relativamente ao ponto 15 dessa reunião, poucos minutos depois das 17.30h do dia da própria reunião. De facto, começa já a ser caricato, para não usar expressão mais oportuna e acertada, este afã procedimental agora instituído pelo Presidente de Câmara, que parece estar a tirar particular gosto por se entreter em final do seu ultimo mandato a peguilhar com questões menores, destituídas de sentido e efeito prático, desprovidas de nexos no que ao

funcionamento das reuniões respeita, em suma, reveladoras de que é penoso assistir a este crescer de uma certa mesquinhez procedimental que o Presidente pretende deixar como marca do seu último mandato à frente dos destinos do Município de Guimarães. De todos os modos, e por ser esta atitude merecedora da mais viva e sentida censura por parte dos vereadores do PSD, deixamos expresso, em versão integral, o texto da declaração de voto que deveria constar anexa ao ponto 15 da reunião de Câmara Municipal de Guimarães de 15.03. 2012: "O PSD no ponto 15 da ordem de trabalhos, fez a seguinte intervenção: "Nos pontos 15 e 16 são propostas transferências de verbas para duas Agencias de Energia: 1 - a AEAVE - Agência de Energia e Ambiente do Vale do Ave. 2 - a AEdoAVE - Agência de Energia do Ave. A AEAVE foi criada por iniciativa da AMAVE e tem como objeto: contribuir para a eficiência energética, para a utilização racional da energia, e para a utilização dos recursos energéticos endógenos, renováveis e não poluentes; A AEdoAVE foi criada pela CIM do Ave, pela AMAVE, etc. e tem como objeto: contribuir para a eficiência energética, para a utilização racional da energia, e para a utilização dos recursos energéticos endógenos, renováveis e não poluentes. A primeira dúvida é saber se estão as duas agências ativas? Se estão, como se compreende que os mesmos acionistas, os municípios do Ave tenham necessidade de duas agencias que tem exatamente o mesmo objeto? Não será um desperdício de dinheiros públicos? Se a AEAVE já não existe ou esta em vias de extinção como se compreende que seja proposto a transferência para pagamento destes trabalhos? Como é possível que em Marco de 2012, estejamos a discutir o pagamento de verbas relativas a uma proposta da AMAVE de Abril de 2008 para a realização de trabalhos de auditorias energéticas a edifícios municipais? Como



se explicam os valores pedidos ao Município de Guimarães, será que vamos pagar sozinhos o trabalho realizado? Mesmo que assim fosse o valor apresentado esta mais de 20% acima dos valores praticados pelo mercado. Esta proposta revela incompetência dos responsáveis da AMAVE e por arrastamento não compreendemos a subserviência por parte deste executivo que também tem responsabilidades na gestão da AMAVE na aceitação e no agendamento desta proposta. **Não estamos a defender o interesse público.** Quando foram feitas as auditorias energéticas? Como é possível paga à AMAVE auditorias energéticas sem haver a garantia de que a AMAVE na defesa do interesse publico e do dinheiro dos vimaranenses garantisse preços compatíveis com o mercado para a realização destes trabalhos? Quanto custaram as auditorias energéticas realizadas aos edifícios da EB1 de Santa Luzia, EB1 da Ribeira (Brito) e Pavilhão Multiusos? Se a parte que diz respeito ao Município de Guimarães é 26.400,00 € pode significar que nestas auditorias energéticas foram gastos mais de 100.000,00 €, o que seria vergonhoso; como dissemos arras ou há incompetência e já não é a primeira vez que os vimaranenses pagam caro a incompetência de responsáveis socialistas ou então estamos perante um subsídio encapotado para a AMAVE e para a sua Agência de Energia, violando as regras elementares da transparência. Na defesa do interesse publico e do dinheiro dos vimaranenses no ponto 15 da OT, votamos CONTRA." Esta intervenção e ao pretender explicar as duvida s que apresentamos, o vice-presidente Dr. Domingos Bragança informou o executivo de um conjunto de factos novos que não sabendo as razões para isso, estavam omissos no texto da proposta de deliberação: a) informou que a AEAVE esta em processo de liquidação: b) Que no desenrolar deste processo

foram encontrados documentos que justificavam a prestação do serviço de auditorias energéticas pela AEAVE a AMAVE nos edifícios do Município de Guimarães: c) Que o valor proposto para pagamento do serviço no montante de 26.400 € é o custo das auditorias aos três equipamentos municipais; O Dr. Domingos Bragança: a) Não explicou quando foram feitas essas auditorias energéticas, para que pudéssemos avaliar ao tempo a justeza do preço a pagar; b) Não explicou como é possível as mesmos acionistas terem duas agencias de energia, quando ambas têm exatamente o mesmo objecto; c) Não explicou porque é que só em processo de liquidação e "vasculhando as gavetas" se descobrem documentos para cobrar ao Município de Guimarães: A intervenção do PSD e a declaração de voto inicial foram feitas com base nos documentos de suporte que nos foram enviados para a reunião de Câmara. Houve da parte do executivo a decisão de ocultar a realidade sobre a atuação da AMAVE e da AEAVE. Confrontados com as perguntas do PSD o executivo socialista emendou a mão e informou os vereadores sobre a real situação da AEAVE. Entendemos que a constituição da AEdoAVE pela CIM, AMAVE e outras entidades deveria em simultâneo decretar a dissolução da AEAVE o que infelizmente ainda não aconteceu. Face aos esclarecimentos prestados ainda que tardiamente e as dúvidas, por falta de esclarecimento, sobre quando tais trabalhos foram adjudicados e realizados pela AEAVE, os vereadores do PSD ponderaram a posição de voto inicial e votaram pela ABSTENÇÃO."

**CÂMARA – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELOS DIREITOS E GARANTIAS DOS MEMBROS DA OPOSIÇÃO – ANO DE 2011 –**

Presente, para votação, o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros





da Oposição respeitante ao ano de 2011, que se anexa, após o que, conforme dispõe o nº 2, do art.º 10º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei nº 24/98, será enviado a todos os partidos políticos representados na Assembleia Municipal, para que sobre ele se pronunciem. O Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição respeitante ao ano de 2011 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "É com lamento que assistimos ao evoluir dos sentidos e declarações de voto dos vereadores do PSD, neste mesmo ponto, ao longo do presente mandato. De facto, se começamos por votar favoravelmente no início deste mandato, o decurso do tempo e a forma progressivamente atrabiliária como têm sido conduzidas as reuniões e como têm sido geridas as relações entre pares de um mesmo executivo, tem conduzido a que venha existindo um crescente de censura da nossa parte. Este "*respeito pelos direitos e garantias dos membros da oposição*" mais não é do que uma expressão pomposa para significar o cumprimento dos deveres cívicos e democráticos básicos de respeito mútuo em contexto político-institucional. No entanto, nesta sociedade tão tipicamente latina, que nos trata como se fôssemos todos desprovidos de educação e bom-senso, presume-se que todos precisamos de uma orientação sob forma de lei para nos ensinar como nos devemos comportar em sociedade e como nos devemos comportar perante o próximo nos órgãos que são representativos de toda uma

comunidade. Mas o pior é que precisamos mesmo...E por isso, pretendendo regular uma sociedade que presume não ser servida por pessoas que se saibam comportar e auto-regular, que sejam capazes, por si só, com apelo aos princípios da razoabilidade e respeito mútuo, de se entender, cá vem a nossa lei dar-nos um guião formal e estipulativo sobre o que entende ser o "respeito pela oposição". Que é no fundo uma lei que nos ensina a ser democratas, o que é algo estranho porquanto nos deveria ser intrínseco. Donde, para percebermos se houve ou não esse respeito temos que ler a lei e seguir os seus ditames formais, independentemente de sabermos se esse respeito, substancialmente, existiu ou não. Mas esta sociedade de elogio da forma em detrimento da substância, que prefere investir em palácios escolares ao invés de projetos intelectualmente formativos, que adora figurar nas estatísticas do cumprimento, ainda que saiba estar nos antípodas do conhecimento, para esta sociedade, este catálogo formal serve perfeitamente. No entanto, mesmo olhando para esse catálogo formal do respeito democrático, não podemos deixar de anotar as inexatidões que constam no relatório que nos é dado para apreciação. Diz-se no relatório que *"foram prestadas informações aos requerimentos ou pedidos de esclarecimentos apresentados pelos membros da oposição"*, o que é à partida básico mas ainda assim tão básico quão inverídico. São inúmeros os requerimentos remetidos pelos vereadores do PSD, tanto deste ano civil como do ano civil antecedente, que ainda não obtiveram qualquer resposta, nem tampouco uma simpática missiva dilatória. O mesmo se diga de diversos requerimentos do nosso grupo parlamentar na Assembleia Municipal, que anseia expectante por respostas que tardam em chegar. Bem sabemos que a Câmara tem mais com



que se ocupar do que perder tempo com esta maçada democrática de ter que responder aos vereadores ditos da oposição, e que os seus funcionários, como se percebe, são em número gritantemente insuficiente encontrando-se demasiado ocupados em funções produtivas. Mas ainda assim e mesmo recorrendo a uma compreensão cristã equivalente à de Jó, não podemos considerar ter sido cumprido, mesmo formalmente, este ponto. E que dizer da conclusão de que *"em todas as reuniões foi proporcionada a possibilidade de os membros da oposição se pronunciarem sobre todos os assuntos"*? Os designados *"membros da oposição"* podem de facto pronunciar-se sobre todos os pontos da agenda, mas quantos episódios foram já testemunhados da limitação arbitrária da possibilidade de retorquir, pedir ou prestar esclarecimentos adicionais, após a intervenção do Presidente de Câmara? Já para não falar, claro está, do sempre edificante episódio da cronometragem para junção de declarações de voto, que durante 3 anos puderam ser entregues até à reunião seguinte, recuaram depois para terem que ser entregues até final do próprio dia da reunião, e evoluíram recentemente – com a complacência da consciência democrática de todos os vereadores socialistas – para terem que ser entregues até às 17.30h. Houve mesmo já o caricato da recusa de uma declaração de voto por ter sido recebida escassos minutos depois das 17.30h. Ou seja, esta prática absolutamente arbitrária não viola nenhuma disposição objetiva da lei em apreço, mas se considerarmos que este *"respeito pelos direitos e garantias dos membros da oposição"* como um índice de qualidade da democracia, estas atitudes não virão certamente no manual de boas práticas democráticas. É por isso penoso assistir ao crescendo de uma certa mesquinhez procedimental agora instituída pelo Presidente de Câmara que

parece estar a tirar particular gozo com esta peguilha por questões sem relevância, que não é certamente a melhor marca que deixa como autarca que esteve mais de duas décadas à frente dos destinos do Município de Guimarães. Desperdiçando um período que deveria ser de magnanimidade com querelas de *lana caprina*. E sendo este um órgão de cúpula, não é certamente a melhor marca da cidade que capitaneia a cultura europeia em 2012, pois nem sempre são exemplos de civilidade os que emanam destas reuniões. De referir por último que apesar de "*nos eventos promovidos pela autarquia*" serem convidados os membros da oposição, somos conhecedores de vários e diversos convites que são remetidos a todos vereadores deste executivo, e que nunca chegam tampouco ao conhecimento destes que não têm pasta atribuída mas são membros de pleno direito deste executivo". ----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto**: "A Lei nº -A/2002, de 11 de Janeiro que regula o Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, no seu Artigo 86.º diz que "Em cada sessão ordinária dos órgãos autárquicos há um período de antes da Ordem do Dia, com a duração máxima de sessenta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia. O senhor Presidente da Câmara, baseado num parecer técnico sobre esta matéria, do Dr. Luís Teixeira e Melo, datado de 15 de Novembro de 2005, diz que o período de antes da ordem do dia não é obrigatório, e, assim sendo, admite, por boa vontade ou benesse, apenas a colocação de questões consideradas relevantes para a autarquia, pelos vereadores presentes, não permitindo a contra argumentação sobre as respostas que dá aos assuntos levantados. É importante dizer que, algumas vezes, a questão levantada nem



sempre é bem entendida e como tal a resposta nem sempre é a mais adequada para o problema apresentado, carecendo naturalmente de esclarecimento suplementar. A recusa da possibilidade de contra argumentação, independentemente do tempo total gasto neste ponto de ordem, o máximo deliberado são trinta minutos, nem sempre permite a discussão cabal, sadia e democrática dos problemas apresentados. Sustentado no parecer acima invocado, sabendo nós que há pareceres para todos os gostos, o senhor Presidente da Câmara poderia pura e simplesmente anular este ponto da ordem de trabalhos da reunião. Mas não o fez. Achou preferível continuar com o Período de Antes da Ordem do Dia limitando, no entanto, a sua discussão. Por considerarmos que com esta atitude o exercício democrático de funcionamento das reuniões de câmara fica mais limitado e menos esclarecido, o meu voto sobre o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição que nos é apresentado, diga-se, em abono da verdade, voluntariamente e sem qualquer obrigação legal, para deliberação, só pode ser a abstenção". -----

O **Presidente da Câmara**, em resposta à declaração de voto que foi lida em voz alta pelo Vereador André Coelho Lima, disse pretender que ficasse registado em ata a seguinte expressão: "*Medici cura te ipsum*" (*Médico cura-te a ti mesmo*)". -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE – VI ENCONTRO DE PONTES** – Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Ponte vai promover, em 16 e 17 de Junho próximos, o VI Encontro de Pontes, onde participarão representantes de várias autarquias de freguesias de diferentes regiões do País. Para a recepção aos participantes solicitou o apoio municipal. Considerando o interesse proposto de uma visita aos

pontos mais atrativos da cidade e envolvente, proponho que a Câmara assuma os encargos com o transporte em Teleférico à Montanha da Penha, orçados em €150,00 (cento e cinquenta euros) e seja disponibilizado um autocarro para o transporte nos dias do Encontro com a assunção do trabalho extraordinário do motorista, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº4 do artigo 64º da lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE CALDELAS – ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2011** – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 28 de Julho de 2011, deliberou reforçar a verba atribuída à Junta de Freguesia de Caldelas por deliberação de 07 de Abril de 2011, com vista a conclusão da obra de ampliação do cemitério, com o montante de €28.608,00, sendo que, em 5 de Janeiro de 2012, foi deliberado aprovar a transição daquela obra, bem como da verba de €28.608,00, necessária à execução da obra, para o ano de 2012. Em Fevereiro de 2012, a Junta de Freguesia de Caldelas informou não ser possível a conclusão da obra acima identificada, tendo em conta a despesa realizada com diversas pavimentações executadas naquela Freguesia, propondo a alteração do objeto do respetivo Protocolo. Nesta conformidade, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração do objeto do Protocolo de Delegação de Competências, assinado em 11 de Abril de 2011, alterando-se a cláusula 1.ª que passará a ter a seguinte redação: “O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências da execução da ampliação do Cemitério, bem como a pavimentação



das Ruas do Azemel e do Pinhel". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE CALVOS –  
ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS – ANO DE 2011** – Presente a seguinte

proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou conceder à Junta de Freguesia de Calvos uma verba no valor de €8.160,02, destinada à construção de balneários no parque de jogos. Em carta dirigida à Câmara, em 22 de Fevereiro de 2012, a Junta de Freguesia de Calvos informa que não executou a obra durante o ano de 2011, tendo em conta o elevado custo da mesma, propondo que a sua execução e a respetiva verba sejam transferidas para o ano de 2012. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração do prazo de execução da obra objeto do protocolo de atribuição de subsídio, assim como a transição da correspondente verba de €8.160,02, para o ano de 2012.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores do PSD votaram contra no ponto 5 da Ordem de Trabalhos - **FREGUESIAS JUNTA DE FREGUESIA DE CALVOS – ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2011** - No texto que suporta a proposta em discussão é dito o seguinte: " ... Em carta dirigida a Câmara, em 22 de Fevereiro de 2012, a Junta de Freguesia de Calvos informa que não executou a obra durante o ano de 2011, tendo em conta o elevado custo da mesma, propondo que a sua execução e a respetiva verba sejam transferidas para o ano de 2012. Assim, submete-se a consideração do executivo camarário a

aprovação da alteração do prazo de execução da obra objeto do protocolo de atribuição de subsídio, assim como a transição da correspondente verba de €8.160,02, para o ano de 2012." Atendendo a frase do texto "tendo em conta o elevado custo da mesma," o PSD questionou sobre o valor do orçamento para a execução desta obra, uma vez que a Câmara não deve ser cúmplice e apoiar "às cegas" a realização de obras seja em que freguesia for sem saber exatamente o que está a apoiar. Não questionamos a legitimidade do presidente da junta de freguesia em candidatar para protocolos as obras que no seu entendimento são aquelas que entende mais urgentes ou necessárias, mas não podemos aceitar que a Câmara não questione os montantes das obras, significando isto por omissão uma aceitação de se for preciso a Câmara terá que votar mais tarde reforços de verbas neste protocolo, porque a obra se se realizar terá de ser paga". ---

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO SANTIAGO – ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2011** – Presente a seguinte proposta. "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Candoso Santiago, a execução das obras de ampliação de pavimentação das ruas de Santiago, Pedral e Venda Velha, assim como a transferência de uma verba, no valor de €12.941,26, para custear a realização da obra. Em carta dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Candoso Santiago informa que não executou a totalidade da obra durante o ano de 2011, solicitando autorização para a sua conclusão durante o ano de 2012. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário que as obras de pavimentação das ruas de Santiago, Pedral e Venda Velha sejam concluídas durante o ano de 2012, bem como





a aprovação da transição da respetiva verba de €12.941,26, para o ano de 2012". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2011** – Presente a seguinte

proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Barco, a elaboração do projeto e execução do Parque de Lazer, assim como a transferência de uma verba, no valor de €11.866,19, para custear a realização da obra. Em carta dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Barco informa que não executou a obra durante o ano de 2011, propondo que a verba seja transferida para o ano de 2012, de forma a participar nas despesas relativas à obra de reconstrução da ponte sobre o Rio Agrela, na rua do Fio daquela freguesia, executada no ano de 2009. Aquela obra foi executada na sequência da verificação do estado de ruína da ponte, que levou ao seu desmoronamento no ano de 2009, conforme vistoria administrativa, realizada pelos Serviços desta Câmara Municipal, em 26 de Maio de 2009, pelo que a Junta de Freguesia considerou necessária e urgente a sua reabilitação, tendo sido proposto, no âmbito do projeto, a demolição da ponte existente e respetiva reconstrução, mantendo um conjunto de características rurais que se adequa à imagem do local. O valor da obra executada elevou-se a €45.000,51 (IVA incluído), de acordo com o auto de medição, elaborado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração do objeto do protocolo, assim como a transição da correspondente verba de €11.866,19 para o ano de 2012, e ainda a aprovação de um reforço de verba no valor de €20.577,81, mais IVA, tendo em

conta a diferença entre os valores atribuídos através das deliberações da Câmara Municipal de 7 de Abril de 2011 e de 15 de Março de 2012, e o custo real da obra executada”.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores do PSD votaram **contra** no ponto 7 da ordem de trabalhos, relativo a uma alteração ao protocolo de delegação de competências na Junta de Freguesia de Barco, acompanhado de um reforço de verbas para aquela Junta de Freguesia. Convém recordar que aquando da discussão na reunião do passado dia 22 de Dezembro de 2011, no ponto da agenda sobre um reforço de verbas relativas a um Protocolo da Junta de Freguesia de Guardizela, o PSD, através do vereador José Manuel Antunes, alertou para a falta de critério do Executivo socialista na atribuição de subsídios e sobretudo, na aprovação de reforços de verbas às Freguesias. Em concordância com essa acusação, o Presidente da Câmara Municipal fez constar em ata o texto que segue: **“O Presidente da Câmara disse querer que ficasse registado em ata que, a partir de Janeiro de 2012, as Juntas de Freguesia têm de cumprir rigorosamente o que está estabelecido nos protocolos de Delegação de Competências ou de Atribuição de Subsídios, concretamente no que respeita aos valores contratados”** (sublinhado e negrito nossos). Donde resulta claramente que o Presidente manifestou não mais apoiar reforços de verbas para além do protocolado com cada uma das juntas de freguesia. Tendo sido instado, naquela data, pelo vereador José Manuel Antunes para que refletisse sobre as consequências da sua decisão, o Presidente manteve a sua posição. Ora, no ponto 7 da ordem de trabalhos, **“FREGUESIAS –**

**JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS- ANO DE 2011”,**

registamos: a) A omissão voluntária no título do ponto 7 da agenda da expressão “REFORÇO DE VERBAS”, numa postura de “gato escondido com rabo de fora”, que pretende esconder a evidência, pretendendo fazer um reforço de verba não expondo a gritante contradição do Presidente de Câmara; b) O mesmo Presidente da Câmara que exigiu o registo em ata da expressão acima citada, apresenta hoje este ponto do qual consta expressamente o seguinte: *“Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração do objeto do protocolo, assim como a transição da correspondente verba de €11.866,19 para o ano de 2012, e ainda a aprovação de um reforço de verba no valor de €20.577,81, mais IVA, tendo em conta a diferença entre os valores atribuídos através das deliberações da Câmara Municipal de 7 de Abril de 2011 e de 15 de Março de 2012, e o custo real da obra executada”*. (negrito e sublinhado nossos). Só não vê quem não quiser ver; c) Risível foi ainda a tentativa do Presidente de Câmara procurar confundir este reforço de verba, com a deliberação do ponto 4 de alteração do protocolo com a Junta de Freguesia de Caldelas, no qual não existe qualquer reforço de verbas, havendo apenas uma extensão da aplicabilidade da verba já atribuída, que o era apenas para ampliação do cemitério, e passou a ser para *“ampliação do cemitério, bem como a pavimentação das Ruas do Azemel e do Pinhel”*. Esta proposta de decisão demonstra desde logo a grosseira incoerência do Presidente da Câmara, com aquilo que ele próprio afirmou, e fez constar em ata, ainda no recente dia 22 de Dezembro de 2011. Mas mais grave é que a apresentação deste reforço de verba em contradição com o que prometeu o Presidente

de Câmara aos Vimaraneses há 3 meses atrás, manifesta uma clara perda de autoridade do Presidente da Câmara face aos seus pares, quando os serviços municipais agendam esta proposta em ampla contradição com o determinado pelo seu Presidente. Daqui resulta que o que o Presidente diz não se escreve. Ou melhor, escreve-se (até se fez constar em ata), mas não é cumprido pelos serviços. Esta evidência preocupa-nos pois já não sabemos até onde pode ir esta falta de autoridade e as suas consequências para o Município e para os Vimaraneses”. -----

**PROTOCOLOS – ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, ER, E O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES NO ÂMBITO DO PROJECTO GUIMARÃES +2012** – Presente a seguinte informação da Divisão

de Relações Públicas e Turismo: “Considerando que a Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER, o Município de Guimarães estão empenhados na prossecução e desenvolvimento de uma estreita colaboração no âmbito do Projeto Guimarães +2012, tendo em consideração que este é um projeto que valoriza o património, a cultura da Região, bem como, contribui para a consolidação do destino turístico Porto e Norte de Portugal. Considerando que a concretização desta parceria dinamizará o Touring Cultural, Paisagístico & dos Patrimónios, considerado pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) como produto estratégico para a Região Norte. Considerando que aos 26 de Setembro do ano de 2009 o Município de Guimarães e a Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER, outorgaram um Protocolo de Cedência de Utilização do prédio urbano sito na Praça da Oliveira, na Cidade de Guimarães, com vista à instalação da Delegação do Touring Cultural, Paisagístico & dos Patrimónios. Considerando que a Delegação do Touring Cultural, Paisagístico & dos Patrimónios está



localizada em Guimarães, nos termos do disposto na al. b), do n.º 2, do artigo 2.º da Portaria n.º 1039/2008, de 15 de Setembro, que aprovou os Estatutos da Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER. Considerando que o Projeto Guimarães CEC 2012 constitui um dos principais projetos de valorização da oferta Turística deste Território e que, conseqüentemente, contribuirá para o reforço do posicionamento do Porto e Norte de Portugal como uma das regiões com maior contribuição absoluta para o crescimento do Turismo e alavancagem da economia portuguesa; Considerando a necessidade de potenciar o evento Guimarães 2012 e criar condições para que o impacto positivo do mesmo venha a ter continuidade nos anos seguintes, para manter e, mesmo aumentar, o número de visitantes e turistas a Guimarães, em particular e à Região Norte, em geral. Considerando a importância que hoje Guimarães assume na dinamização turística da Região Norte que ultrapassa as atividades atualmente em curso no contexto da CEC 2012. Considerando os recursos e meios da Turismo do Porto e Norte de Portugal e as potencialidades que os mesmos têm para contribuir para elevar a notoriedade e visibilidade das diversas atividades da responsabilidade do Município de Guimarães. Considerando o interesse das duas Entidades envolvidas neste Protocolo na adopção de planos, ações de comunicação e promoção conjuntas, que potenciem recursos e sinergias. Propõe-se, ao abrigo do disposto no art.º 67.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do art.º 4.º dos Estatutos da Turismo Porto e Norte de Portugal, aprovados pela Portaria n.º 1039/2008, de 15 de Setembro, a celebração de um Acordo de Colaboração, tendo como base o projeto intitulado Guimarães +2012, o qual visa valorizar o património arquitectónico e cultural, bem como,

desenvolver e promover turisticamente o município de Guimarães, em particular, e da Região em geral”. A minuta do Acordo de Colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS – ADITAMENTO AO ACORDO DE PARCERIA DE CONCEPÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA DE APOIO Á REDE DE LOJAS INTERACTIVAS DE TURISMO**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Relações Públicas e Turismo: “Na sequência da Comissão Diretiva da ON.2 ter aprovado a alteração da elegibilidade do IVA à taxa legal atualmente em vigor e da taxa de comparticipação para 80%, em detrimento da inicialmente prevista para o efeito de 70%, associado á despesa incluída na candidatura apresentada pela Turismo de Porto e Norte, ER, na qual somos parceiros. Posto isto e tendo em atenção o aumento da comparticipação FEDER, em face do previsto em sede de candidatura, o valor referente à comparticipação financeira a despender por parte do município será de 9.829,40€, em detrimento do montante de €12.000, formalizada no acordo de parceria assinado no passado dia 22 de Dezembro de 2010. Assim sugiro submeter para aprovação em reunião do executivo municipal a minuta de aditamento em anexo”. A minuta do aditamento ao Acordo de Parceria dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO – POSTO DE TURISMO PRAÇA S. TIAGO**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Decorrente da necessidade de ampliação do posto de



turismo da Praça de S. Tiago – Loja Interativa de Turismo de Guimarães – o Município celebrou no dia 30 de Setembro de 2010 um contrato de arrendamento com a Sra. Olívia Maria Machado Ribeiro, pela duração de 8 anos, renovável por períodos sucessivos de um ano, relativamente ao prédio com entrada pelo n.º 27, da Rua de Santa Maria, freguesia de Oliveira do Castelo. Pese embora no aludido contrato tenha ficado estabelecido na sua cláusula n.º 6, que as obras de adaptação do imóvel estavam, desde a assinatura do contrato, autorizadas pelo senhorio, sucede que atualmente se verifica que, conforme informação prestada pela Divisão de Estudo e Projetos, as obras pretendidas se traduzem numa intervenção profunda no edifício, designando-se como obras de adaptação e refuncionalização do espaço em causa. Ora, de acordo com informação técnica da Divisão Administrativa, é sugerido que, atendendo que as obras implicam uma intervenção profunda no edifício, se deveria contactar a proprietária a fim de se lhe dar conhecimento das obras que a autarquia pretende fazer no imóvel. Por outro lado, dado o valor do investimento que está em causa, cujo valor estima-se em €225.000,00, é entendido que o prazo inicialmente contratado deverá ser alterado, através de acordo entre as partes, para um limite máximo de 30 anos. Após reuniões havidas com a proprietária chegou-se a um consenso com a proprietária quanto à alteração do contrato de arrendamento, designadamente quanto à duração de vigência do contrato para o período de **25 anos**, conforme minuta que se anexa. Mais se informa que a autarquia apresentou candidatura no âmbito da “Loja Interativa de Turismo de Guimarães”, tendo, por deliberação de 27 de setembro de 2011 e de 9 de Novembro da Comissão Diretiva do ON.2, sido aprovada a operação NORTE-02-0169-FEDER-000114. Assim, caso seja do interesse da autarquia

alterar o contrato de arrendamento acima identificado, deverá o assunto ser submetido a deliberação dos órgãos executivo e deliberativo, atendendo que, nos termos da alínea c), n.º 1, do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal". A minuta da alteração ao contrato de arrendamento dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO – CRIAÇÃO DE ZONA DE ESTACIONAMENTO NAS HORTAS** – Presente a

seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "De acordo com instrução transmitida pelo Vereador Dr. Domingos Bragança, a autarquia tem necessidade de ocupar parte de um terreno, até ao dia 31 de Dezembro de 2012, com a área aproximada de 1050 m<sup>2</sup>, devidamente assinalada na planta anexa, propriedade da empresa Imocondarco – Imobiliária Unipessoal, Lda., para criação de uma zona de estacionamento no Lugar da Hortas, freguesia de S. Sebastião. Neste sentido, caso seja intenção da autarquia, poder-se-á celebrar um contrato de comodato com a indicada empresa, considerando: **1** - Que se prevê, no presente ano, um aumento na afluência de pessoas que pretendem visitar o concelho de Guimarães, no âmbito de Guimarães 2012 –Capital Europeia da Cultura; **2** - Que no âmbito do planeamento e ordenamento do trânsito no Centro Histórico de Guimarães, torna-se necessária a criação de mais espaços destinados a Zona de Estacionamento; **3** – Que se pretende garantir estacionamento a todos aqueles que procuram o centro da cidade, viabilizando o acesso dos consumidores ao Comércio Tradicional; **4** – Que é da competência da Câmara Municipal criar,





construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal, nos termos da alínea f), do nº. 2, do art.º 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; Em caso de aceitação superior, deverá ficar garantido no contrato de comodato que será da competência do município proceder, por sua conta, a todas as obras e intervenções necessárias à implantação da zona de estacionamento, salvaguardando sempre o enquadramento paisagístico do local, e finda a vigência do contrato, a autarquia deverá entregar à Imocondarco o terreno com todas as infraestruturas nele construídas. Deste modo, deverá ser submetida a deliberação camarária a celebração de um contrato de comodato com a empresa Imocondarco – Imobiliária Unipessoal, Lda., conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO –  
SANDE VILA NOVA – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 37/98 –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Aquando da execução das obras de infraestruturas do loteamento titulado pelo Alvará nº 37/98, situado na Rua D. Afonso Henriques, da freguesia de Sande Vila Nova, a proprietária do lote nº. 1, Sra. Maria de Lurdes Ribeiro Dias Rodrigues, ocupou uma parcela de terreno do domínio público com a área de 58 m², tendo essa área sido delimitada por um muro. Nos termos da informação da Divisão de Operações de Loteamentos (DOL),

datada de 09/01/2012, a parcela de terreno abaixo identificada foi abusivamente ocupada pela proprietária do lote adjacente, tendo aquela manifestado interesse na aquisição da parcela de terreno com a área de 58 m<sup>2</sup>. Solicitado parecer sobre a pretensão, o Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico e a Divisão de Operações de Loteamentos informaram não existirem impedimentos urbanísticos na desafetação da indicada parcela. Neste contexto, procedeu-se à determinação do valor a atribuir à parcela de terreno em causa, mediante a simulação do valor patrimonial tributário, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, disponível no sítio da internet das Finanças, tendo sido atribuído o valor de **€1.070,00**, devendo ser acrescido o valor de **€350,00** para despesas administrativas do processo e de registo predial, totalizando assim o montante de **€1.420,00**. Notificado daquele valor, veio a interessada comunicar que aceita adquirir a parcela de terreno pelo valor referido de €1.420,00. A parcela de terreno, com a área de 58 m<sup>2</sup>, confronta do Norte com arruamento público, do Sul com lote 1, do Nascente com Manuel Marques de Castro e Poente com Maria de Lurdes Ribeiro Dias Rodrigues. Assim, caso o Município de Guimarães pretenda vender a identificada parcela de terreno, deve ser submetida à Câmara Municipal, para ulterior aprovação da Assembleia Municipal, uma proposta no sentido da desafetação do domínio público do terreno em causa, para posterior venda à Sra. Maria de Lurdes Ribeiro Dias Rodrigues, nos termos da alínea c), nº. 6, do artigo 64º e da alínea b), nº. 4 do artigo 53º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----  
**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO PARCELA 5 – VARIANTE DE SILVARES – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO** – Presente a



seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “No passado dia 1 de Março foi deliberado adquirir uma parcela de terreno com a área de 3.658,30 m<sup>2</sup>, designada como parcela 5, necessária à Variante de Silvaes, tendo sido deliberado que o valor de indemnização a pagar ao proprietário Sr. Manuel de Castro Mendes e outros, seria no montante total de **€331.327,05**, sendo que €255.077,05 correspondiam ao valor do terreno e os restantes €76.250,00 diziam respeito ao valor das benfeitorias, reposição da vedação e da cortina arbórea e transferência do local do pórtico. Posteriormente, o proprietário deslocou-se a esta Divisão solicitando que o valor atribuído ao terreno, no montante de €255.077,05, fosse diferenciado do valor da desvalorização da parcela sobrance, uma vez que na deliberação camarária estava incluída no valor do terreno a desvalorização da parcela sobrance. A pretensão do proprietário prende-se com a obtenção de benefícios fiscais relativamente ao valor da indemnização a receber, e que não se refere diretamente com o valor do terreno, necessitando que tal distinção de valores conste na escritura de aquisição. Assim, para que se faça referência na escritura de compra e venda, a distinção dos valores da indemnização a pagar, deverá ser retificada a deliberação tomada no passado dia 1 de Março, somente quanto aos valores parciais, devendo diferenciar-se os valores indemnizatórios conforme o relatório de avaliação elaborado por perito da lista oficial, sendo que o total da indemnização mantém-se no valor de **€331.327,05**, bem como a modalidade de pagamento referida na indicada deliberação. Deste modo os valores indemnizatórios correspondem aos seguintes elementos: Valor do terreno: €120.760,48; Benfeitorias existentes na parcela: €6.000,00; Depreciação da parcela sobrance a Poente: €134.316,57; Vedação das parcelas sobrances: €42.750,00;

Reposição da cortina arbórea: €2.500,00; Transferência de local do pórtico: €25.000,00". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**PATRIMÓNIO – VENDA EM HASTA PÚBLICA DE 12 VIATURAS ABANDONADAS NA VIA PÚBLICA** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Na sequência das informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas, e após tramitação de todo o processo administrativo legal, efetuada por aqueles serviços, foi solicitada a venda de 12 veículos abandonados na via pública e outros, abaixo identificados, destinados à destruição e desmantelamento qualificado. -----

N.º	Marca/Modelo	Matrícula	Cor
1	Fiat Marengo	19-69-OH	preto
2	Peugeot 309	UD-58-65	cinzento
3	Renault 19	UB-74-35	encarnado
4	Fiat Ducato Furgão	SC-47-30	branco
5	Ford Fiesta	23-11-EI	branco
6	Opel Astra	18-75-DC	encarnado
7	Volkswagen Passat	10-34-JM	preto
8	Fiat Tipo	VI-75-78	branco
9	Volkswagen Golf	XX-18-09	encarnado
10	Fiat Uno	UB-47-63	preto
11	Mercedes Benz	VJ-86-02	branco
12	Ciclomotor	2-GMR-57-80	

Assim, submete-se à consideração superior a venda, em hasta pública, das supracitadas viaturas, conforme programa que se anexa, devendo posteriormente ser publicado num dos jornais locais, de maior circulação, e ser dada publicitação nos lugares de estilo da Autarquia e ainda no sítio da internet do Município, de



acesso público". O regulamento da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – VENDA EM HASTA PÚBLICA DE MATERIAIS FERROSOS E DE ALUMÍNIO**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Na sequência das informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito Espaço Público e Viaturas e após tramitação de todo o processo administrativo legal, efectuada por aqueles serviços, foi solicitada a venda de metais ferrosos e de alumínio para reciclagem e tratamento, decorrente da sua remoção da via pública e outros, atualmente depositados nos estaleiros e oficinas do Município, localizados em Santo Amaro, freguesia de Candoso Santiago, e Cooperativa Agrícola, freguesia de Creixomil. Assim, submete-se à consideração superior a venda, em hasta pública, do referido material, conforme programa que se anexa, devendo posteriormente ser publicado num dos jornais locais, de maior circulação, e ser dada publicitação nos lugares de estilo da Autarquia e ainda no sítio da internet do Município, de acesso público. O regulamento da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES – DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES DE PINTURA DE AUTORIA DE SOFIA AREAL**

– Presente a seguinte proposta: "Sofia Areal nasceu em Lisboa, onde vive e trabalha. Iniciou a sua formação no Reino Unido nos cursos de Textile Design e Foundation Course do Hertsfordshire College of Art and Design St. Albans (1979-81). De volta a Portugal frequentou os ateliês de Gravura e Pintura do Ar.Co. (Lisboa). Expõe colectivamente desde 1982 e individualmente desde 1990. Além

da pintura e do desenho trabalha também noutras áreas tais como tapeçaria, ilustração, cenografia e design gráfico. Está representada nas coleções do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa), Fundação de Serralves (Porto), Banco Espírito Santo (Lisboa), Coleção Vodafone (Lisboa), Caixa Nova da Galiza (Vigo), Espanha, Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea (Almada), Fundação Millennium BCP (Lisboa), Banif Mais (Lisboa) e em numerosas coleções particulares em Portugal e no estrangeiro. Atualmente, com uma exposição patente na Galeria JM Gomes Alves, a artista manifestou intenção de oferecer uma obra ao Município de Guimarães, cuja coleção ficaria enriquecida com a incorporação de uma obra de uma das mais reputadas criadoras contemporâneas portuguesas. Trata-se de uma pintura datada de 2012 e avaliada em €5.750,00 com as características constantes do documento anexo à presente proposta. Proponho, assim, ao abrigo da alínea h), do nº 1, do art.º 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, que a Câmara Municipal delibere aceitar a doação, manifestando a Sofia Areal o nosso profundo reconhecimento pelo seu gesto e generosidade que se traduzirá no enriquecimento do nosso espólio de arte”. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO** – Presente a seguinte informação: “**1.**

**Objecto:** Prestação de serviços de Medicina do Trabalho. **2.**

**Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados em Medicina do Trabalho. Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com



recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, conjugado com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de Medicina do Trabalho, para exercício de funções de acordo com o definido na Lei 59/2008, de 11 de setembro, mais especificamente no artigo 222.º do Regime e nos artigos 161.º a 166.º do Regulamento. b) A despesa anual estima-se em €43.200,00, isento de IVA, de acordo com o n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02.02.22 correspondente ao ano de 2012. d) O procedimento de formação do contrato será feito através de Concurso Público, de acordo com alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos. e) Será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, mantida em vigor pelos artigos 20.º e 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, se a ela houver lugar”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REVISÃO DO PROGRAMA FUNCIONAL DA RESIDÊNCIA PARA ARTISTAS** – Presente a seguinte

informação da Divisão de estudos e Projetos: “**1. Objecto:** contratação de um serviço referente à realização da revisão do

projeto ao nível funcional (com repercussão ao nível da arquitetura e especialidades) da residência para artistas, face à necessária reprogramação para dar resposta a uma parceria desenvolvida posteriormente aos serviços inicialmente contratados. **2.**

**Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem agora contratar implicou um conhecimento do edifício e do projeto inicial profundo de modo a obviar o processo de produção do projeto, diretamente associado à e rapidez de resposta pretendido, face ao enquadramento da obra – Capital Europeia da Cultura 2012. Esta reprogramação abrangia todas as áreas normalmente associadas ao projeto, implicando também um enquadramento numa esfera jurídica mais apertada. O trabalho encontrava-se já entregue a um gabinete projetista, tendo na altura já executado duas fases de trabalho contratualizado. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a regularização de uma situação assumida face à necessária reprogramação funcional a que o projeto esteve obrigado, tendo originado a necessária adaptação nas várias especialidades que compreendem um projeto desta natureza. Este novo programa implicou a reformulação do trabalho já realizado, no que se refere à concepção e distribuição espacial, mas também, do trabalho estrutural com um imprevisto reforço de todo o edifício e até, a revisão dos sistemas mecânicos inicialmente previstos que agora se mostravam mais exigentes; b)





A despesa anual estima-se em €20.000,00 (vinte mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa está prevista no plano de investimentos plurianual previsto para o ano 2012. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto com convite à empresa Cannatá & Fernandes, arquitetos Lda., por critérios materiais conforme se prevê no artigo 4, n.º1, alínea e), do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Tratando-se de um gabinete que tem colaborado com o Município, verificando-se haver contrato formado aplicar-se-á a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, caso esta seja aplicável”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – ADJUDUCAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE LOGÓTIPO PARA A CANDIDATURA DA CIDADE EUROPEIA DO DESPORTO** – Presente a seguinte informação: “**1. Objecto:** Prestação de serviços para a realização do logótipo e do caderno de normas gráficas para a candidatura de Guimarães Cidade Europeia do Desporto 2013. **2. Considerando:** A aceitação pelo Conselho Geral da Associação das Capitais Europeias do Desporto (ACES) da pré-candidatura de Guimarães a Cidade Europeia do Desporto em 2013. Que procedemos atualmente à elaboração do processo de candidatura, que terá de ser entregue até ao próximo dia 30 de Abril. Que um dos elementos estruturantes da candidatura é a criação de um

logótipo, e o respetivo caderno de normas gráficas, bem como toda a estratégia de comunicação. Que toda a candidatura é sustentada no envolvimento e participação da comunidade local, entendendo-se como importante convidar uma empresa de design da nossa cidade para desenvolver esse projeto. A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em design gráfico e criatividade; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é realizar o logótipo e o caderno de normas gráficas aplicado aos mais diversos produtos, a fim de conceber e complementar uma estratégia de comunicação a adoptar pela candidatura de Guimarães Cidade Europeia do Desporto 2013. b) A despesa estima-se em € 4.551,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta um euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica nº 1911, correspondente ao ano de 2012. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto à empresa POPP Design, ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. A POPP Design é uma empresa vimaranense com 12 anos



de atividade e tem uma vasta experiência na realização de trabalhos relacionados com desporto. No seu portfólio de clientes conta com a Federação Portuguesa de Futebol, o Vitória Sport Clube, o C.S. Marítimo, o C.F. Belenenses, o F.C. Penafiel, o C.D. Trofense, entre outros. Ainda que relacionada com o desporto a sua experiência ultrapassa o trabalho com os clubes em si, passando também pelas marcas, equipamentos e patrocinadores, como são os casos da John Smith, Kappa, Umbro, Le Coq Sportif, Lacatoni, Unicer, Smile up, Caixa Geral de Depósitos, Açoreana Seguros, etc. A POPP Design realiza, ainda, trabalhos relacionados com eventos desportivos e culturais, tendo como clientes a Tempo Livre, o Centro Cultural Vila Flor, o Instituto dos Museus e Conservação e o Museu Automóvel do Porto. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum". **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO NA INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA DA REDE INFORMÁTICA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte

informação do Chefe de Divisão de Sistemas de Informação: "1.

**Objeto:** Prestação de serviços de **Suporte técnico especializado na infraestrutura de segurança da rede informática do Município de Guimarães**, para o ano de 2012, visando prevenir ataques externos e garantir que não haja intrusões indevidas na rede informática do Município, nomeadamente dos serviços abertos ao público, que permitem

consultas on-line nas mais diversas aplicações. **2. Considerando que:** A presente prestação de serviço, a fornecer pela empresa UXS – Sistemas de Informática, Lda. se destina a garantir a segurança da infraestrutura da rede informática do Município de Guimarães, durante o ano de 2012; A execução das tarefas associadas a estes serviços requer a disponibilização de equipa especializada em segurança informática, que garanta um alto nível de segurança contra eventuais intrusões na rede informática do Município de Guimarães; Os serviços municipais não dispõem de recursos técnicos e humanos para a prestação deste serviço junto dos departamentos e dos cidadãos que fazem a gestão da infraestrutura; Se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a prestação de serviços de Suporte técnico especializado na infraestrutura de segurança da rede informática do Município de Guimarães, considerando os seguintes elementos: a) A despesa para o período de 2012 estima-se em €3.000,00 (três mil euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, sendo os pagamentos em frações trimestrais. b) A despesa encontra-se cabimentada na rubrica 1.1.1.06, referente à Modernização Administrativa, conforme declaração de cabimento em anexo. c) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto simplificado, nos termos do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. d) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como dos respetivos



cônjuges, algum parente, ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com que viva em economia comum. A este contrato não se aplica a redução remuneratória, prevista no art.º 19 da Lei do Orçamento Geral do Estado de 2011. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – FEIRA RETALHISTA DE CALDAS DAS TAIPAS – SORTEIO PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE LUGARES DE VENDA** – Presente a

seguinte informação da Divisão de Serviços Urbanos: “Tendo sido remetido pela Junta de Freguesia de Caldelas o programa de sorteio para a atribuição do direito de ocupação de vinte e quatro lugares de venda disponíveis no recinto da Feira Retalhista de Caldas das Taipas. Considerando que o artigo 12.º do Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães estabelece que cada espaço de venda numa determinada feira é atribuído mediante sorteio, por ato público, que dê todas as garantias de imparcialidade e transparência e, decorra perante uma Comissão nomeada pela Câmara Municipal. Propõe-se a aprovação da Comissão e do programa do sorteio para atribuição do direito à ocupação de lugares de venda na Feira Retalhista de Caldas das Taipas, documento que se junta em anexo à presente proposta (ANEXO A)”. O programa do sorteio dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TURISMO – COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação da

Divisão de Relações Públicas e Turismo: “A Taipas Termal solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de campistas, no dia 23 de Junho ao Centro Histórico. Assim, considerando que se trata da

realização de uma atividade de relevante interesse, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 15 de março de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a reunião de Câmara o apoio a conceder". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – EB 2,3 DE ABAÇÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "A EB2,3 de Abação solicitou a colaboração do município através da cedência de 1 autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 23 de Abril, à Biblioteca Municipal Raúl Brandão, no âmbito do Dia do Livro. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por meu despacho a 22 de março de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara para deliberação". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL VICENTE – CEDÊNCIA DE DOIS AUTOCARROS** – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "O Agrupamento de Escolas Gil Vicente solicitou a colaboração do município através da cedência de 2 autocarros para efetuar o transporte dos alunos, no dia 22 de Maio, para o Dia do Autor Português. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por meu despacho de 22 de março de 2012, proponho o



deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara o pedido de apoio para deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – EB1 DE GEMUNDE – CEDÊNCIA DE DOIS AUTOCARROS** - Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “A EB1 de Gemunde – Ronfe solicitou a colaboração do município através da cedência de 2 autocarros para efetuar o transporte dos alunos, no dia 17 de Maio, ao Centro Histórico. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por meu despacho a 23-03-2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara para deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO – PROJETO COMENIUS** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de março de 2012, que concedeu, à Escola Secundária Martins Sarmiento, o seguinte apoio para a participação, entre os passados dias 6 e 11 de março, num encontro de alunos que decorreu numa escola austríaca envolvida no Projeto Comenius, onde estiveram presentes mais de uma centena de alunos e professores: duas cantarinhas dos namorados miniatura; uma bandeira da cidade; cinco galhardetes (bandeira da cidade); cinquenta guias da cidade em inglês; cinquenta esferográficas; cinquenta pins; trinta porta-chaves; setenta separadores de livros; quatro DVDs promocionais de Guimarães; seis livros (que acompanharam a candidatura CEC 2012).

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA – COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “A Cooperativa Taipas Turitermas solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte da Orquestra Sub.21, no dia 16 de Abril. Assim, considerando que se trata da realização de um espetáculo de relevante interesse e enquadrado no âmbito da atividade da CEC2012, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho a 22 de março de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara para deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

**AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE POLVOREIRA – CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS – CONCESSÃO DE APOIO**

- Presente a seguinte proposta: “O Centro Social da Paróquia de Polvoreira, registado com o nº 502843918/10 na Base de dados da Divisão de Ação Social, vai iniciar a construção de uma Unidade de Cuidados Continuados que ficará localizada no Lugar de Altares, na freguesia de Pinheiro, processo que se encontra licenciado pela Divisão das Obras Particulares. De acordo com parecer da Divisão da Ação Social, será um equipamento de âmbito supra - municipal que dará resposta às necessidades de todo o Distrito de Braga ou mesmo da Região Norte. Nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, terá aquela Instituição de proceder à liquidação de taxas no valor de €79.483,58, pelo que foi solicitado apoio municipal. Considerando a importância social do equipamento, o parecer da Divisão de Ação





Social, e exemplos anteriores, proponho a atribuição de um subsídio de €39.741,79 (trinta e nove mil e setecentos e quarenta e um euros e setenta e nove cêntimos) ao Centro Social da Paróquia de Polvoreira, correspondente a 50% dos encargos a satisfazer, a pagar após o levantamento da respectiva licença, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 5º do Regulamento de apoio às Instituições Sociais". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EEM – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "A CASFIG - Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para o dia 12 de Junho, para efetuar o transporte da comunidade sénior residente nos empreendimentos sob gestão desta entidade empresarial municipal, no "Encontro Sénior 2012". Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela empresa municipal e os apoios concedidos em várias atividades, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara para deliberação".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – ANDDI – PORTUGAL – PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS VIMARANENSES NO CAMPEONATO DO MUNDO**

**SYNDROME DE DOWN** – Presente a seguinte proposta: "A ANDDI – Portugal (Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual) inscrita no RMISG com o nº 502687665/12 vai participar no 2º Campeonato do Mundo S. Down com uma delegação de 30 elementos na qual se incluem cinco atletas vimaranenses, dois na modalidade atletismo, dois em basquetebol,

e um em judo. A exemplo dos anos anteriores, e dado que o custo da participação é suportado pela ANDDI – Portugal que recorrer a apoios das várias autarquias de onde são oriundos os atletas participantes, proponho que seja concedido um subsídio de €750,00 (setecentos e cinquenta euros), correspondente a €150,00 (cento e cinquenta euros) por atleta, ao abrigo da alínea b) do artigo 6º e parágrafo 6º do artigo 9º do Regulamento nº607/2010 de 15 de Julho – Regulamento de Apoio a Instituições de Solidariedade Social”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO EM LIQUIDAÇÃO – RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES EM LIQUIDAÇÃO RESPEITANTE AO ANO DE 2011** – Presente, para ulterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, a proposta respeitante ao RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES, EM LIQUIDAÇÃO – ANO DE 2011. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----